

Carnaval de ninguém

Teresina é uma cidade que já teve carnaval na Frei Serafim. Depois, durante a gestão Wall Ferraz/Francisco Gerardo os desfiles de rua foram deixados de lado. Firmino Filho retomou o carnaval e transferiu para a avenida Marechal Castelo Branco. Sílvio Mendes seguiu no mesmo trilho e até programou um desfile na avenida Cajuína, mas uma chuva com vento mostrou que o local não era apropriado. Voltou-se para a Marechal, onde um público pequeno, é bom que se diga, ficava assistindo aos desfiles de escolas e blocos. A festa parecia organizada, mas para quem assistia, entre uma apresentação e outra das escolas, não havia o que ver. Agora, a Prefeitura acabou com a festa na Marechal e transferiu para os bairros: Dirceu, Mocambinho, Parque Piauí e Planalto Uruguai. Teoricamente, o carnaval iria aonde o povo estava. Mas isso é peça de propaganda e invencionice de marketing. O carnaval saiu de uma região central da cidade para chegar a bairros populosos, mas foi pelo pior caminho, que foi o da auto-suficiência dos gestores culturais da cidade e também do prefeito Sílvio Mendes. Faltou a eles a humildade de fazer a coisa certa, que seria ouvir a comunidade, saber o que as pessoas queriam, como elas poderiam ajudar, como se poderia fazer de uma festa popular um evento que envolvesse todas as pessoas e suas comunidades. Do modo como as coisas foram conduzidas, nem a festa agradou a todos, nem se conseguiu êxito capaz de apagar da memória das pessoas os desfiles na Marechal que, por mais que digam o contrário, eram outro exemplo muito apropriado de como não fazer um carnaval bom e com grande participação popular.

No Limite

A rede Globo parece disposta a grava no Delta do Parnaíba a próxima edição do “reality show” “No Limite”.

Durante o fim de semana prolongado de carnaval um diretor do programa esteve no Delta para ver possíveis locações.

No Ceará

O secretário Sílvio Leite (Turismo) desmente a coluna com bom humor. “Acho que a falta de energia de domingo até seis da manhã de segunda-feira, noticiada aí, deve ter sido no Ceará, já que em Luís Correia a interrupção foi de apenas 15 minutos e no domingo houve um corte localizado no Coqueiro”.

Abandono

Enquanto em Luís Correia e Barra Grande o turismo ganha a força da organização e do profissionalismo, em Parnaíba desanda.

Os operadores de turismo têm reclamado muito do abandono em que está o Porto das Barcas, resultado da inépcia da Prefeitura.

Pista

A licitação para a obra do aeroporto de Jericoacoara foi iniciado em 12 de fevereiro, com a habilitação de 27 empresas e consórcios interessados.

Dividido em dois lotes, o aeroporto tem orçamento estimado em R\$ 60,9 milhões.

Enquanto isso, em Parnaíba, um aeroporto pronto parece condenado a nunca funcionar.

Abertura

Enquanto todo o comércio lojista, à exceção dos supermercados, fechou as portas na segunda-feira de carnaval, as lojas Americanas abriram normalmente.

Bom para os poucos clientes que souberam da novidade e tiveram a loja inteira para si.

Sem carros

A ausência de modo algum lamentada de veículos nas praias do Piauí durante o carnaval deverá ser um dos fatores de publicidade positiva sobre o Estado para os próximos eventos.

Muita gente veio de outros Estados, as coisas funcionaram bem e dessa vez pouca gente saiu fazendo propaganda negativa.

DIÁRIO DO POVO	ARTIGO	18/02/10
-----------------------	---------------	-----------------

A revolução do presidente Lula

(*) Paes Landim

"... só existirá uma democracia no Brasil, no dia em que se montar a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a escola pública. Mas, não a escola pública sem prédios, sem asseio, sem higiene e sem mestres devidamente preparados, e, por conseguinte, sem eficiência e sem resultados - e sim, a escola pública rica e eficiente, destinada a preparar o brasileiro para vencer e servir com eficiência dentro do país", assim escreveu o grande Anísio Teixeira, nos idos de 1936. Anísio Teixeira era muito preocupado com a interação entre o projeto pedagógico e o projeto arquitetônico no seu sonho da escola ideal para o brasileiro, que incluía aula o dia inteiro, alimentação do aluno, no antigo primário (hoje primeiro grau). Para o autor de "Educação para a Democracia", a arquitetura escolar deveria combinar aspectos da escola 'tradicional' com os da 'oficina', o que chamaríamos hoje de "laboratórios", além das áreas de esportes, do restaurante e do teatro.

Anísio morreu sem ver seus sonhos realizados, inclusive porque as suas duas experiências universitárias, a Universidade do Distrito Federal, nos anos 30 do século passado, e a Universidade de Brasília, de nossos dias, não realizaram o modelo pedagógico do maior pensador da educação brasileira. Angustiado com a possível deteriorização da escola pública brasileira, que no seu tempo preenchia, em mínima quantidade, as necessidades do desenvolvimento nacional, Anísio chegou a defender, inclusive, que a União coordenasse e pagasse os professores da antiga escola primária, a fim de não só evitar a politicagem municipal com a educação, mas, sobretudo, motivar o professor com a sua valorização salarial.

Ao acompanhar a paixão do presidente Lula, com a criação de escolas profissionais, técnicas e científicas, em nível médio e superior, lembrei-me de como Anísio Teixeira não se sentiria realizado, se vivo fosse, com a ação do nosso mandatário máximo em dar à escola pública profissionalizante um papel decisivo na formação da cidadania brasileira, como é o caso dos antigos CEFET's. Criados em 1909, durante um século, a República instalou menos Escolas Técnicas Federais que o presidente Lula em 7 anos de governo.

Com a sua própria experiência, Lula percebeu que a escola pública técnica é o caminho para a ascensão social das camadas mais pobres da nossa sociedade.

Estive presente na solenidade, realizada no início deste mês, quando o Presidente Lula inaugurou virtualmente mais de 70 escolas técnicas, inclusive seis do nosso Piauí, nas cidades de Corrente, São Raimundo Nonato, Uruçuí, Paulistana, Angical e Piri-piri. No corrente ano, já foi autorizada a construção de mais três escolas nas cidades de São João do Piauí, Pedro II e Oeiras. Não posso deixar de aplaudir o professor Francisco Santana, Reitor das Escolas Técnicas no Piauí, pela dedicação e paixão com que se tem entregue à sua nobre missão educacional.

O Presidente Lula me faz lembrar de Jawaharlal Nehru, o primeiro dirigente da Índia, emancipada em 1947. A grande medida inaugural do seu governo foi a criação do Instituto Indiano de Tecnologia, a fim de preparar quadros técnicos que garantiriam a independência da nova nação. No contexto globalizante do século XXI, com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o Presidente Lula prepara o Brasil para a nossa independência científica e tecnológica, até porque as Escolas Técnicas Federais do Presidente Lula serão as verdadeiras máquinas da democracia brasileira.

DIÁRIO DO POVO	POLÍTICA	18/02/10
----------------	----------	----------

Servidores serão investigados por desvios em obra de adutora

O Ministério da Integração Nacional criou uma comissão para apurar as denúncias de irregularidades cometidas no convênio entre o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) e a Secretaria de Obras do Piauí, que foi sucedida pela Secretaria de Infraestrutura do Piauí, na execução das obras da Adutora do Sudeste. O processo administrativo disciplinar visa apurar a participação de servidores federais no desvio de recursos da obra.

A determinação para a abertura do processo veio da Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional. O número do processo administrativo é 59000.001009/2009-27. O objetivo da comissão é apurar possíveis irregularidades praticadas no âmbito do Convênio PGE no 158/2003 firmado entre o Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS - e a Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Estado do Piauí - SOSP/PI -, sucedida pela Secretaria de Infra-estrutura do Estado do Piauí - SEINFRA/ PI.

A comissão de investigação é formada por três servidores e terá o prazo máximo de 60 dias para apresentar um relatório conclusivo sobre as denúncias. A obra foi iniciada em julho de 2004 e em 2007 ainda estava com apenas 37% do seu total concluído. Os recursos para a obra são oriundos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). A obra foi bloqueada na Lei Orçamentária de 2007, sendo que a primeira representação contra a obra foi realizada ainda em 2005. O valor estimado da obra é de quase R\$ 30 milhões.

Entre as denúncias aceitas pelo TCU (Tribunal de Contas da União) estão a de movimentação indevida dos recursos da conta vinculada além de mudanças no edital da obra. O gestor da obra citado nos processos do TCU é Bertolino Madeira Campos. A obra da Adutora enfrenta mais de quatro processos no Tribunal de Contas da União. A mesma obra já foi contemplada com emendas parlamentares inclusive do deputado federal Marcelo Castro. A obra não teve seus recursos embargados porque quando surgiram as denúncias já se encontrava com mais 50% de sua estrutura física concluída.

O sistema adutor do Sudeste distribui a água da Barragem do Estreito, no município de Padre Marcos que terá capacidade para acumular 25 milhões de metros cúbicos de água ao término da obra.

Iniciada em 2004 com uma previsão de conclusão para 2007, quando entrará em funcionamento todo um sistema de 24 bombas, nove reservatórios, cinco estações elevatórias e 142 quilômetros de tubulação em canos de ferro fundido, a adutora vai ter condição de abastecer com água potável 65 mil piauienses em 11 municípios do Alto Médio Canindé. Além da adutora, as obras incluem a elevação da parede da barragem do Estreito, no rio Estreito, em mais 13 metros de altura, medida que vai permitir o aumento de capacidade de armazenamento do reservatório.

DIÁRIO DO POVO	POLÍTICA	18/02/10
----------------	----------	----------

Carnaval termina com 23 corpos no IML

Um levantamento feito junto ao Instituto de Medicina Legal - IML, revela que durante o período carnavalesco 23 corpos foram examinados, dos quais 5% foram vítimas de assassinatos e os demais morreram em consequência de acidentes de trânsito.

No relatório constam os nomes das pessoas que foram vítimas de violência e que faleceram a partir de sábado, dia 13, até o meio dia de ontem. Ressalte-se que a grande maioria dos corpos foram removidos do Hospital de Urgência de Teresina - HUT e que nem todos os casos aconteceram em Teresina, mas em cidades do interior do Estado, onde foram socorridas e que vieram a óbitos naquela casa de saúde.

Dos 23 corpos examinados, 17 foram vítimas de acidentes, quatro assassinatos, uma por envenenamento e uma devido a queimaduras. Essa última pessoa já estava internada na Unidade de

Queimados do Hospital Getúlio Vargas. O caso relacionado a envenenamento aconteceu na zona rural de Esperantina.

Segundo funcionários do Instituto de Medicina Legal, o acidente ocorrido no povoado Lajinha, no município de Curalinhos, a 98 quilômetros ao Sul de Teresina, envolvendo um caminhão, contribuiu bastante para o aumento das vítimas de acidentes, pois somente no local morreram seis pessoas e um grande número de feridos foram socorridos por populares e levados para o Hospital de Urgência de Teresina, onde alguns continuam internados.

No dia do acidente, domingo, o delegado Lourival Neto, daquele município, afirmou que no momento haviam morrido seis pessoas que havia sido informado que durante o trajeto dos feridos, mas três pessoas também faleceram. Ele garantiu que instaurou um inquérito para apurar o acidente e que havia indícios de que o motorista do caminhão tinha ingerido bebidas alcoólicas, pois na cabine, ele encontrou duas garrafas de cervejas.

Com relação aos assassinatos, dois casos chamaram atenção durante o carnaval. A doméstica Maria das Dores dos Santos foi estuprada e morta em uma rua deserta de União. O mesmo aconteceu com uma menor de apenas 10 anos, em Demerval Lobão, que teria sido morta pelo próprio tio.

DIÁRIO DO POVO	ZÓZIMO TAVARES	18/02/10
-----------------------	-----------------------	-----------------

Memorial é despejado

A Assembléia Legislativa do Piauí desativou, na surdina, o Memorial Petrônio Portella, que funcionava dentro de suas instalações, perto da Companhia de Guarda da Casa. Entre os objetos que faziam parte do acervo, encontravam-se fotos pessoais, quadros, documentos, medalhas e outros objetos do ex-ministro da Justiça doados à Assembléia exclusivamente para o Memorial.

A cassação da homenagem foi patrocinada pelo presidente da Casa, deputado Themístocles Filho (PMDB), sem qualquer resmungo de seus colegas parlamentares. O Memorial foi despejado e suas peças estão em lugar incerto e não sabido desde a segunda reforma do prédio-sede do Legislativo, finalizada há dois anos.

O espaço onde funcionava o Memorial abriga agora as instalações da Escola do Legislativo, inaugurada com pompa e circunstância pelo presidente da Assembléia, em solenidade que contou inclusive com a presença do governador Wellington Dias, que também foi deputado estadual. Trago esta denúncia do desmonte do Memorial Petrônio Portella a propósito da iniciativa da deputada Lílian Martins (PSB) de apresentar projeto de lei na Assembléia Legislativa obrigando os estabelecimentos de ensino da rede pública estadual a colocar os dados biográficos de seus patronos com fotografia, fixação de uma placa ou busto de bronze, mármore ou outro material apropriado, “com o objetivo de educar e promover a cultura”.

Por que não começar o cumprimento do projeto, que deverá se transformar em lei brevemente, pela própria Casa, com o presidente da Assembléia se compenetrando de seu tamanho e restaurando a homenagem legitimamente prestada àquele que foi o maior político do Piauí desde a segunda metade do século 20 até hoje?

O Senado Federal, que por duas vezes foi presidido por Petrônio Portella, vem continuamente reverenciando a memória de seu ex-presidente, desde o seu desaparecimento. Em março próximo, deverá realizar sessão especial para homenagear Petrônio pela passagem dos 30 anos de seu falecimento. Enquanto isso, em sua terra, onde merece ser mais cultuado, cuida-se de desrespeitar a sua memória.

Barra Grande

Em Barra Grande, no litoral piauiense, a comunidade tomou conhecimento de que brevemente será instalado um megaprojeto na praia, uma das mais belas do Nordeste.

Com a notícia da ida do empreendimento, os moradores fizeram circular um abaixo-assinado solicitando coisas mais modestas e mais necessárias.

Eles se contentariam com a coleta de lixo e serviços de saúde, por exemplo.

Imprudência

Motoqueiros só podem é achar que são pessoas imortais. Porque só isso mesmo para justificar a imprudência deles e os números que acompanham esse mau comportamento.

No Hospital de Urgência de Teresina, 7 em cada dez casos de traumas ósseos vitimaram condutores ou passageiros de motos envolvidos em acidentes.

Bombou

Por mais que os defensores de um carnaval em Teresina queiram promover essa festa, às custa do contribuinte local, melhor faz a cidade se deixar mesmo que parte de seus moradores viajem para cidades como Luís Correia, Barras, Floriano e Água Branca.

Lá sim o carnaval valeu a pena e foi bom porque rendeu dinheiro. Em Teresina só dá prejuízo nos cofres públicos.

Aloprado bombástico

A postura complacente do Brasil em relação ao porralouca iraniano Mahamoud Ahmadinejad rendeu novo apelido à chancelaria: Irãmaraty.

Castigo supremo

Há uma articulação para que o Supremo Tribunal Federal transfira ao Congresso a palavra final sobre a intervenção no Distrito Federal. Seria uma espécie de supremo castigo com endereço certo: o DEM.

Ora, os fatos...

Ao afirmar que “fatos não comprovam fatos; fatos, quando muito, mostram indícios”, o secretário de Educação do governo Arruda, Afonso Brito, confirmou a definição de Nelson Rodrigues para a cara-de-pau nacional: “Se os fatos são contra mim, pior para os fatos”.

Rafale, a saga

Os franceses oram a Joana D’Arc pelo Brasil: Kuwait e Grécia desistiram de comprar caças de combate Rafale, a Líbia cozinha o contrato, e o Marrocos preferiu os F-16s americanos.

Sem crime

O procurador-geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, Miguel Vieira, esclarece que o Ministério Público apurou que “não há indício de crime organizado” no Detran-MS e que o autor da denúncia ao Conselho Nacional do Ministério Público já foi processado por “difamação”.

Em caso raro, embargos declaratórios não conhecidos não interrompem prazo recursal

A regra é que embargos declaratórios não conhecidos interrompam prazo recursal. Esse assunto foi tema de julgamento recente da Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho e de matéria veiculada ontem (17) no site do TST. Entretanto, um caso inusitado ocorreu em uma sessão da Sétima Turma, ao apreciar um agravo em agravo de instrumento, que pretendia que a Turma analisasse um recurso de revista julgado intempestivo (fora do prazo).

Com o argumento de que a apresentação dos segundos embargos declaratórios no Tribunal

Regional do Trabalho da 10ª Região (DF/TO) havia interrompido o prazo para interpor recurso de revista, a EWEC Construções Ltda vem tentando recorrer, sem sucesso, para que o TST aprecie a matéria, em reclamação movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília.

A Sétima Turma, porém, negou provimento ao agravo da empresa, ao verificar que, apesar de o artigo 538 do CPC determinar que os embargos declaratórios interrompem o prazo para interposição de outros recursos, no caso da EWEC os segundos embargos apresentados pela empregadora não suspenderam o prazo recursal por serem incabíveis. Aqui está o detalhe que faz desse um caso diferente: os segundos embargos declaratórios interpostos pela empresa no TRT se referiam a tema tratado no acórdão do recurso ordinário – e não nos primeiros embargos – daí serem considerados incabíveis e não terem sido conhecidos no Tribunal Regional.

A juíza convocada Maria Doralice Novaes, relatora do agravo e do agravo de instrumento, esclarece que são cabíveis embargos de declaração relativos a decisão proferida em outros embargos de declaração. Porém, os segundos embargos devem se referir à possibilidade de omissão, contradição ou obscuridade na decisão proferida nos primeiros embargos, “e não se insurgir contra a decisão primitiva” – aqui, o acórdão do recurso ordinário.

No caso da EWEC, a juíza Doralice constatou que, ao opor os segundos embargos declaratórios, a empresa “não trouxe à baila matéria veiculada nos primeiros embargos de declaração, mas sim, discussão acerca do acórdão principal”. Então, os segundos embargos da empregadora “não tiveram o condão de interromper o prazo recursal, porque incabíveis”, conclui a relatora.

Se, para a empresa, a interposição dos segundos embargos declaratórios no TRT interromperia o prazo para apresentar recurso de revista, que teria, então, sido efetuado dentro do prazo, o mesmo entendimento não teve a Sétima Turma, pois confirmou a decisão monocrática proferida anteriormente pela relatora, negando seguimento ao agravo de instrumento que tencionava obter a análise do recurso de revista. Para o colegiado, o despacho da juíza Doralice não merece reparos. (A-AIRR-109840-45.2008.5.10.0006)

PORTAL DO TST	NOTÍCIAS	18/02/10
---------------	----------	----------

Setor de telecomunicações não pode terceirizar exercício de atividade-fim

A Lei nº 9.427/97 (que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações) não permite às concessionárias de serviços de telecomunicações contratar mão de obra terceirizada para exercício de atividade-fim. Portanto, a contratação de serviços por empresa interposta, nessas condições, deve ser considerada terceirização ilícita.

Essa é a interpretação unânime da Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao artigo 94, II, da Lei nº 9.427/97. De acordo com voto relatado pelo ministro Barros Levenhagen, apesar de a regra aparentemente autorizar a contratação de terceiros para a execução de atividades permanentes das concessionárias, é preciso considerar o artigo 170, caput, da Constituição que consagra os princípios da dignidade da pessoa humana e a valorização do trabalho como pilares da ordem econômica.

Na opinião do relator, a Lei nº 9.427/97 realmente autoriza a contratação de terceiros com a finalidade de melhorar (desenvolver) atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço, inclusive por meio da implementação de projetos associados. Entretanto, na hipótese dos autos, o exercício da função de instalador e reparador de linhas telefônicas pelo empregado tratava-se de evidente atividade-fim da empresa de telefonia – o que desautorizava a terceirização.

Tanto a sentença de primeiro grau quanto o Tribunal do Trabalho da 3ª Região (MG) reconheceram o vínculo de emprego do trabalhador diretamente com a tomadora dos serviços (Telemar), e não com a empresa interposta (Garra Telecomunicações e Eletricidade), com o argumento de que a Telemar terceirizara atividade essencial. **Para o TRT, a função de instalador e reparador de linhas telefônicas estava entre as atividades permanentes e finalísticas da Telemar.**

O Regional levou em conta a Súmula nº 331 do TST que estabelece que a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário, serviços de vigilância, de conservação e limpeza e

outros ligados à atividade-meio do tomador.

Assim, a Turma do TST decidiu negar provimento ao recurso de revista da Telemar Norte Leste que pretendia o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com a empresa Garra Telecomunicações. (Fase atual: RR - 146600-83.2007.5.03.0018 / Numeração antiga: 1466/2007-018-03-00.9)

PORTAL DO TST	NOTÍCIAS	18/02/10
----------------------	-----------------	-----------------

Justiça do Trabalho não julga improbidade administrativa de prefeito

Não é de competência da Justiça do Trabalho o julgamento de causas que envolvam responsabilidade do chefe do Executivo Municipal, decorrente de irregularidade na contratação de servidor sem prévia aprovação em concurso público.

Por essa razão, a Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho extinguiu processo, sem resolução de mérito, em relação ao pedido de responsabilidade administrativa do ex-prefeito do município mineiro de Nova Lima, Vítor Penido de Barros, pela contratação de funcionária sem prestação de concurso público.

Em decisão unânime, o colegiado acompanhou voto do ministro Fernando Eizo Ono, relator do recurso de revista do ex-prefeito. Para o ministro, mesmo que a situação decorra da contratação de servidores sem prévia realização de concurso público, afrontando os princípios constitucionais (artigo 37, II), o julgamento desse tipo de matéria não tem pertinência com a relação de trabalho. O Tribunal do Trabalho da 3ª Região (MG) condenou o então prefeito ao pagamento do adicional de insalubridade a ex-empregada do Município, por entender que cabe ao Administrador Público o pagamento, a título de indenização, das verbas reconhecidas e não deferidas, em virtude da nulidade da contratação.

Entretanto, como explicou o ministro Ono, essa interpretação do Regional extrapolou as atribuições da Justiça do Trabalho definidas no artigo 114 da Constituição Federal, como alegou o ex-prefeito. O ministro ainda argumentou que, como o processo tinha matéria trabalhista a ser analisada, não podia encaminhar à Justiça competente para examinar a questão – no caso, a Justiça Comum. (RR – 342900-95.2004.5.03.0091)

PORTAL DO STJ	NOTÍCIAS	18/02/10
----------------------	-----------------	-----------------

Denúncia contra Arruda por corrupção de testemunha e falsidade ideológica será autuada como ação penal

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) mandou autuar como ação penal a denúncia apresentada pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e pela subprocuradora-geral da República Raquel Dodge contra o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda; o suplente de deputado distrital, Geraldo Naves; o secretário de Comunicação, Wellington Luiz Moraes; o conselheiro do Metrô Antônio Bento Silva; o secretário particular de Arruda, Rodrigo Diniz Arantes; e Haroaldo Brasil de Carvalho. As acusações são de corrupção de testemunha e falsidade ideológica.

A Procuradoria-Geral da República pede a condenação de todos os envolvidos por terem, em coautoria, oferecido e entregue dinheiro e vantagem contratual ao jornalista Edmilson Edson Sombra para fazer “afirmação falsa, negasse ou calasse a verdade no depoimento que iria prestar como testemunha à Polícia Federal” neste mês, por determinação do ministro Fernando Gonçalves, no Inquérito 650, que apura distribuição de dinheiro à base aliada do Governo do Distrito Federal. Em relação à falsidade ideológica, a PGR afirma que o grupo fez o jornalista inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita com o objetivo de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante no mesmo inquérito. Na declaração, Edson afirmava que os fatos apurados na Operação Caixa de Pandora teriam sido criados por Durval Barbosa, que teria manipulado os vídeos em que políticos, empresários e servidores públicos de Brasília aparecem recebendo dinheiro, com o fim de prejudicar o governador Arruda..

Os crimes dos quais o grupo é acusado estão previstos, respectivamente, nos artigos 343 e 299 do

Código Penal. O primeiro prevê pena de reclusão de três a quatro anos e multa. O relativo à falsidade ideológica prevê pena de reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Como os acusados são funcionários públicos, aumenta-se a pena de sexta parte e, no caso do governador, acrescenta-se a agravante de ter “instigado, organizado e dirigido a participação dos demais agentes criminosos”, prevista nos incisos I e II do artigo 62 do CP.

Além da condenação do grupo, o STJ vai apreciar o pedido da PGR para que o governador do Distrito Federal seja afastado do cargo. O argumento é o de que José Roberto Arruda tem interferido na administração da Justiça mediante a coação da testemunha com a intenção de suscitar dúvida sobre os fatos investigados e afastar a sua responsabilidade penal, ao impossibilitar o recebimento de denúncia contra ele. Além disso, estaria inibindo a instauração do processo de impeachment na Câmara Legislativa do DF.

A PGR pede, ainda na denúncia, que seja declarada a inconstitucionalidade do artigo 60, inciso XXIII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, que condiciona a abertura de ação penal contra o governador à autorização da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Igual pedido contido na ação direta de inconstitucionalidade (ADI 4362) encaminhada ao Supremo Tribunal Federal. Para a PGR, a condição de procedibilidade prevista no artigo 51, inciso I, da Constituição Federal não pode ser estendida a autoridades estaduais não contempladas pelo poder constituinte originário. Será separado do Inquérito 650 o expediente 30, com documentos, vídeos, perícias e outras peças que tratam da tentativa de coação de testemunha, visando provar todos os fatos da denúncia. Esse material formará a ação penal, cuja autuação já foi determinada.

PORTAL DO SUPREMO	NOTÍCIAS	18/02/10
--------------------------	-----------------	-----------------

STF rejeita repercussão geral em recurso sobre matéria trabalhista por se tratar de questão infraconstitucional

Por meio do Plenário Virtual, sistema em que os ministros analisam o requisito da repercussão geral, o ministro Dias Toffoli (relator) considerou não haver repercussão geral no Agravo de Instrumento (AI) 751478, interposto pelo Sinthoresp. A entidade representa os trabalhadores em Hotéis, Apart-Hotéis, Motéis, Flats, Pensões, Hospedarias, Pousadas, Restaurantes, Churrascarias, Cantinas, Pizzarias, Bares, Lanchonetes, Sorveterias, Confeitarias, Docerias, Buffets, Fast-Foods e Assemelhados de São Paulo e região.

O sindicato contesta decisão que não admitiu recurso extraordinário assentado em contrariedade aos artigos 5º, incisos II, XXXV, LIV e LV, e 39, inciso IX, da Constituição Federal. A decisão questionada é do Tribunal Superior do Trabalho, especificamente a Subseção II que é especializada em dissídios individuais.

A entidade sustentava repercussão geral da matéria. Para ela, não seria possível o TST, no exame da matéria suscitada de ofício, determinar a extinção do processo em virtude de alegada irregularidade dos documentos que acompanharam a petição inicial da ação rescisória. Asseverava que não foi dada oportunidade de emendar a petição inicial como permite o Código de Processo Civil, por isso argumentava que o indeferimento do pedido ofenderia o artigo 5º, LV, da CF, por não ter sido observado o amplo direito de defesa da parte.

Voto do relator

Com base na jurisprudência do Supremo, o ministro Dias Toffoli afirmou que a Corte entende que a discussão acerca dos pressupostos de admissibilidade da ação rescisória no âmbito da Justiça do Trabalho não viabiliza o processamento do recurso extraordinário, uma vez que esta questão está limitada ao plano infraconstitucional. São exemplos os julgamentos dos AIs 719473 e 640107.

Segundo ele, o STF já assentou o reconhecimento da inexistência da repercussão geral quando não há matéria constitucional a ser examinada ou quando a afronta ao texto da Constituição, se houver, seja indireta ou reflexa. “Se não há controvérsia constitucional a ser dirimida no recurso extraordinário ou se o exame da questão constitucional não prescinde da prévia análise de normas infraconstitucionais, é patente a ausência de repercussão geral, uma vez que essa, indubitavelmente, pressupõe a existência de matéria constitucional passível de análise por esta Corte”, considerou o

ministro.

O ministro Dias Toffoli, que manifestou-se pela inexistência de repercussão geral, foi seguido por unanimidade pelos demais ministros.

OS do esporte

WALTER FELDMAN E ANA MOSER

TALVEZ VOCÊ ainda não saiba, mas a primeira organização social (OS) credenciada para administrar equipamentos esportivos da prefeitura já está funcionando. Assim como acontece na saúde, a OS do esporte veio para melhorar a vida de todos os paulistanos, mas não pode ser compreendida como um atalho. É, sim, a abertura de uma grande avenida, que vai melhorar o fluxo, mas também tornará o caminho mais seguro, com regras claras, metas definidas e fiscalização rígida e constante.

Esse trabalho já vem sendo desenvolvido em três clubes desportivos da comunidade (CDCs) na região de Ermelino Matarazzo, que foram reformados e estão sob responsabilidade do Instituto Esporte e Educação. A partir dessas atividades serão produzidos indicadores para avaliar o desenvolvimento do programa de metas previsto e, conseqüentemente, o desenvolvimento geral do bairro.

O contrato tem três anos de duração e, dependendo dos resultados, poderá ser estendido para os outros seis equipamentos esportivos da região -e, no futuro, para toda a cidade. O conceito-base de todo o projeto é o esporte educacional. A ideia é mudar não só a aparência dos clubes em Ermelino Matarazzo mas principalmente os indicadores sociais: educação, saúde e até a segurança do local. E o que é esporte educacional? É usar a atividade física como ferramenta de inclusão, de cidadania e de participação. A OS do esporte vai ensinar esporte de três maneiras distintas: 1) Ensinar para todos, com a participação e inclusão de qualquer um, independentemente de potenciais e de limitações individuais; 2) Ensinar bem, para que qualquer um aprenda a praticar esporte com competência técnica e tática; 3) Ensinar de forma que os alunos se apropriem de conhecimentos nas áreas de saúde, cultura, cidadania e comunidade.

A tarefa de ensinar esporte dessas três maneiras não é para treinadores.

É para educadores, que têm a função de mediar um processo movido à base do respeito, da troca de experiências e do incentivo à ação. O resultado é a formação de indivíduos autônomos, críticos, conscientes e, sobretudo, independentes.

O esporte trabalhado na dimensão educacional desenvolve valores essenciais, ultimamente esquecidos em nossa sociedade, como a solidariedade, o respeito ao próximo e às regras, a tolerância, o sentido coletivo e a cooperação. O esporte educacional cria oportunidades para o aluno desenvolver estratégias, resolver problemas e enfrentar a vida em sociedade.

O que pretendemos é inaugurar e aperfeiçoar um novo modelo de gestão, científico e moderno.

Queremos unir esporte e educação para cumprir uma tarefa impensável para o Estado: universalizar o atendimento e a oferta de esporte, lazer, recreação, educação, saúde e cultura.

O envolvimento da comunidade é fundamental. A experiência da Secretaria de Esportes e do Instituto Esporte Educação mostra que o esporte como ferramenta de desenvolvimento local é sustentável e funciona como uma bolha de oxigênio para comunidades socialmente doentes. Se a comunidade recebe o esporte com competência, responde participando, aprendendo, evoluindo, num ciclo vicioso que só traz o bem. Cidadãos mais bem preparados rendem mais em qualquer atividade. E a OS do esporte é uma nova maneira de educar.

O país se prepara para gastar bilhões na organização dos dois maiores eventos do planeta, a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Se o olhar de nossos governantes estiver atento, o modelo de OS do esporte pode ser replicado em todas as sedes e subsedes desses eventos, aproveitando estruturas construídas de forma sustentável e evitando o aparecimento de grandes elefantes brancos. Seria a melhor maneira de garantir um legado de crescimento e desenvolvimento que vai beneficiar toda a

sociedade, durante muito tempo.

Grandes estádios, medalhas de ouro e glórias olímpicas não podem ser objetivos na preparação para a Copa do Mundo e para a Olimpíada. Devem ser resultado, consequência de um planejamento eficiente e inteligente, que dê frutos a médio e longo prazos.

Só assim contribuiremos para o desenvolvimento pessoal do cidadão e do país como um todo.

Com a OS do esporte, essa avenida começa a ser aberta."

ANA MOSER, 42, ex-jogadora de vôlei, é fundadora do Instituto Esporte Educação.

WALTER FELDMAN, 56, médico, deputado federal (PSDB) licenciado, é secretário municipal de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo.

FOLHA DE S. PAULO	BRASIL	18/02/10
-------------------	--------	----------

Poderes se unem para evitar intervenção federal no DF

Em um dos raros momentos de união na crise do mensalão do DEM, políticos do governo e da oposição, dos Poderes Executivo e Legislativo trabalham para evitar a intervenção no Distrito Federal.

As motivações são diversas, mas todos têm um objetivo em comum: evitar o desgaste de entregar o governo a um interventor federal, medida inédita desde a redemocratização.

Para a Procuradoria-Geral da República, autora do pedido, a política distrital está contaminada, incluindo o vice-governador Paulo Octávio (DEM), que assumiu o governo desde a prisão de José Roberto Arruda (sem partido), e a instância que deveria investigar as irregularidades - a Câmara Legislativa.

Hoje, o centro das atenções é a Câmara, uma vez que o presidente Wilson Lima (PR), amigo de Arruda, seria o próximo na linha sucessória. Há quem defenda cassar três distritais: Leonardo Prudente (sem partido), Eurides Brito (PMDB) e Júnior Brunelli (PSC), filmados recebendo dinheiro.

Essa seria uma maneira de convencer o STF (Supremo Tribunal Federal) de que a Câmara não está comprometida e, portanto, que a intervenção é desnecessária. O pedido da Procuradoria ocorreu na quinta passada, mesmo dia da prisão de Arruda, e não tem prazo para ser analisado.

Segundo a Folha apurou, outros cinco deputados investigados pediriam afastamento. Os distritais também prometem abrir hoje o processo de impeachment contra Arruda.

A missão de punir os distritais está no colo do deputado Raimundo Ribeiro (PSDB), ex-secretário de Arruda.

Há ainda setores da área jurídica contra a intervenção. A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), por exemplo, antes favorável à medida, diz agora que ela pode ser "um remédio amargo demais", uma vez que a cidade "parece reagir".

Segundo o ex-presidente do STF Maurício Corrêa, o fato de os distritais estarem "reagindo" pode ser levado em conta pelos ministros.

Pela Lei Orgânica do DF, Wilson Lima (PR) e o vice da Câmara Legislativa Cabo Patrício (PT) poderiam assumir o governo. Para a Procuradoria, porém, a linha sucessória é ilegal ao incluir o vice.

A intervenção é vista com relutância até mesmo dentro do governo federal, que nomearia o interventor. Em nome de Paulo Octávio, a Procuradoria-Geral do DF fará a defesa no Supremo contra a intervenção.

Também investigado no caso, Paulo Octávio está numa situação delicada no governo e, para evitar a intervenção, já cogita renunciar ao cargo.

Arruda ficará preso ao menos mais sete dias

O governador afastado do DF, José Roberto Arruda (sem partido), deverá ficar pelo menos mais uma semana preso.

O ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello, relator do habeas corpus impetrado pela defesa de Arruda, disse que a "tendência" é que a corte julgue o pedido só na próxima semana. "Provavelmente na quarta."

Na sexta-feira passada, ele negou o pedido de habeas corpus, mas sua decisão não entrou no mérito

da questão. Isso será feito no plenário do STF.

A decisão que manteve Arruda preso foi encaminhada ontem para a Procuradoria-Geral da República, que tem dois dias de prazo para se manifestar.

Depois disso, o caso será analisado no Supremo.

José Gerardo Grossi, um dos advogados de Arruda, disse ontem que a equipe que o defende se reunirá amanhã para reavaliar a estratégia da defesa. Segundo ele, Arruda "está abatido e fazendo um processo de reflexão que é o caminho que todo preso acaba fazendo".

FOLHA DE S. PAULO	ECONOMIA	18/02/10
--------------------------	-----------------	-----------------

Da crise financeira à crise fiscal

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

A CRISE econômica mundial, que começou no sistema financeiro em 2007, ameaça converter-se em crise fiscal. Refiro-me principalmente aos países desenvolvidos. Na maioria dos países de mercado emergente, o quadro é mais favorável.

O problema é mais grave na Europa, onde diversas economias avançadas e emergentes registram deterioração dramática em termos de deficit público e nível de endividamento. A Grécia parece ser apenas a ponta de um iceberg.

Os números são medonhos. Nos Estados Unidos, o deficit fiscal alcançou quase 10% do PIB em 2009. No Reino Unido, mais de 14%. Na Espanha, mais de 11%. Na França, quase 8% do PIB. A dívida pública vem aumentando rapidamente nas economias desenvolvidas. Nos cinco países atingidos por crises financeiras sistêmicas (Estados Unidos, Reino Unido, Espanha, Irlanda e Islândia), a dívida pública aumentou em média cerca de 75% em termos reais de 2007 a 2009. Menos comentados são os dados de dívida externa bruta (dívida pública e privada colocada no exterior) dos países desenvolvidos. Estudo recente de Carmen Reinhart e Kenneth Rogoff, que toma por base estatísticas do FMI e do Banco Mundial, mostra que a dívida externa das economias avançadas alcança, em média, nada menos que 200% do PIB.

No caso da Europa desenvolvida, a razão dívida externa/PIB chega a 266%! Na América Latina, notória por sua propensão a crises de endividamento externo, a razão dívida externa bruta/PIB está por volta de 50%. Parte considerável da dívida externa dos europeus é dentro da Europa, o que pode mitigar o problema. Mas não há dúvida de que a fragilidade das contas europeias aumentou bastante nos anos recentes.

A desconfiança começa a rondar os desenvolvidos, especialmente os europeus. A situação fiscal pré-crise já era problemática em muitos desses países em razão do impacto do envelhecimento da população sobre gastos públicos com previdência e saúde. Com a crise de 2007-2009, as contas governamentais foram fortemente afetadas pelas medidas de socorro ao sistema financeiro, pelos programas de estímulo fiscal e pela própria recessão.

Os mercados estão ficando cada vez mais inquietos quanto à sustentabilidade das contas públicas de vários países europeus. A Grécia é um caso extremo, mas diversas outras economias estão sob suspeita, notadamente Espanha, Portugal e Itália, mas também o Reino Unido e até mesmo a França. Alguns analistas avaliam que as contas britânicas e francesas se parecem mais com as italianas do que com as alemãs.

Essa situação cria um dilema delicado para os países desenvolvidos, inclusive para os Estados Unidos. A recuperação da atividade econômica ainda está longe de consolidada. Ela foi impulsionada por políticas fiscais e monetárias ultra-expansivas, mas a demanda privada continua relativamente fraca. Desse ponto de vista, parece prematuro retirar os estímulos fiscais e monetários.

Por outro lado, as dúvidas crescentes quanto à sustentabilidade e confiabilidade das contas públicas devem forçar os governos, ou alguns deles, a iniciar o ajustamento fiscal antes que a recuperação tenha se firmado. Cortes de gastos ou aumentos de impostos reforçariam a confiança na solvência do governo, mas podem provocar uma recaída na recessão.

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR., 54, escreve às quintas-feiras nesta coluna. É diretor-executivo no FMI, onde

representa um grupo de nove países (Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Haiti, Panamá, República Dominicana, Suriname e Trinidad e Tobago), mas expressa seus pontos de vista em caráter pessoal.

FOLHA DE S. PAULO	CIDADES	18/02/10
--------------------------	----------------	-----------------

Justiça autoriza invasão de casas para ação antidengue

A Justiça de Ribeirão Preto, no interior paulista, liberou a entrada de agentes de saúde em 14 imóveis da cidade cujos donos se negam a abrir as portas para vistorias contra a dengue.

O município passa por epidemia da doença, com 1.230 casos registrados apenas neste ano.

As decisões dos juízes Julio César Spoladore Dominguez e João Gandini -uma para cada imóvel que se recusa a ser vistoriado- saíram ontem e permitem que os agentes arrebentem as portas das casas, se necessário. Os proprietários dos 14 imóveis, se voltarem a barrar a entrada das equipes, ainda estão sujeitos a multa diária que varia de R\$ 200 e R\$ 1.000.

Em um dos imóveis que os agentes tentaram vistoriar, o proprietário não só impediu a entrada dos agentes como quase os agrediu fisicamente.

De acordo com o relato da equipe que visitou o local, o imóvel estava em "péssimas condições de higiene" e tinha "lixo e fezes humanas", além de lonas plásticas e seis tambores em que o proprietário armazenava água, todos eles com larvas do mosquito *Aedes aegypti*.

Os juízes consideraram o que alega a Secretaria da Saúde: uma única casa com criadouros do mosquito da dengue pode fazer com que a população de uma rua inteira fique doente.

Até ontem, o total de casos de dengue no ano já ultrapassava os 846 registrados no primeiro bimestre de 2006, ano da pior epidemia na cidade.

De acordo com a Divisão de Controle de Vetores, a doença já se espalhou nas cinco distritais de saúde. Além da região de Ribeirão, as cidades de Rio Preto e Araçatuba também registram casos acima da média.

Guarujá

O Guarujá (Baixada Santista) registrou 130 casos confirmados de dengue só em janeiro -contra 64 durante todo o ano de 2009. A cidade tem ainda outros 700 casos suspeitos. Os números podem ser maiores se considerado o fato de a dengue ser uma doença subnotificada -muitas pessoas nem sequer procuram um serviço de saúde.

MEIO NORTE	CIDADES	18/02/10
-------------------	----------------	-----------------

Projeto Lagoas do Norte não sai do papel

Quando o prefeito de Teresina, Sílvio Mendes (PSDB), estava na campanha de reeleição a Prefeitura de Teresina divulgou imagens virtuais que descreviam como seria a urbanização do entorno das lagoas da região Norte da cidade. Nas imagens, os moradores da zona Norte que vivem ao lado das lagoas desfrutavam o lazer nas praças, as lagoas eram limpas e azuis e em redor bares e espaços de entretenimento.

As árvores tinham as copas perfeitas, as casas eram dignas e a ameaça de alagamento, um drama anual dos moradores da região, desaparecia.

O que era o paraíso perdido nas imagens virtuais (que só existem nas telas dos computadores) não se concretizou até agora. O Projeto Lagoas do Norte, que recebeu um financiamento de R\$ 140 milhões do Banco Mundial (Bird), longamente negociado, não saiu do papel.

As lagoas estão lá, mas não foram saneadas e as famílias que moram na zona Norte de Teresina continuam no mesmo lugar com ameaça de novas inundações porque os barreiros estão cheio de água e cobertos com plantas aquáticas, as casas de taipa não foram substituídas e as famílias continuam fazendo suas necessidades nas matas criadas em torno das lagoas com as primeiras chuvas, não existe esgoto, não existem banheiros.

Ivonete de Sousa Neves, mãe de três filhos, um deles, a menina Adriele, de três meses, vive em uma casa de taipa sem banheiros e espaço para lavar roupas no bairro Mafrense, na zona Norte de Teresina, e até agora não foi contactada para se mudar ou para morar em casa de conjunto habitacional.

“A minha situação é esta. Há cinco anos, eu tenho a casa alagada, saio daqui, a Prefeitura promete que eu vou ganhar uma casa nova com banheiro e cozinha e nada acontece. Se chover forte este ano, vou voltar a ficar alagada e desabrigada com meus filhos”, declarou Ivonete de Sousa Neves. A dona de casa Samara da Silva Oliveira, de 29 anos e mãe de três filhos, está agradecendo a Deus porque “São Pedro este ano fechou as torneiras” porque desde que era pequena sai de sua casa quando as chuvas são mais fortes e provocam alagamento das casas que ficam nas margens da lagoa do Mafrense.

Ela conta que as casas que a Prefeitura de Teresina concluiu no antigo terreno da Eturb (Empresa Teresinense de Urbanismo) , com recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), ainda não foram entregues porque as famílias que moram na região do Inferninho, no bairro São Joaquim, não querem abandonar suas casas.

“A Prefeitura deveria passar essas casas para a gente porque nós não queremos ficar mais alagados com as fortes chuvas que enchem as lagoas”, falou Samara da Silva Oliveira.

O GLOBO	MERVAL PEREIRA	18/02/10
----------------	-----------------------	-----------------

O fim da picada

A renúncia de Paulo Octávio (foto acima) ao governo de Brasília está se delineando cada vez mais no horizonte sombrio da política da capital, podendo indicar que o governo do Distrito Federal até o final do mandato do governador preso José Roberto Arruda será exercido pelo representante do Poder Judiciário, o presidente do Tribunal de Justiça, numa sucessão desencontrada que dá a verdadeira dimensão da crise política que vive o Distrito Federal.

Mesmo com toda a crise, é improvável que o Supremo Tribunal Federal decrete a intervenção federal na capital. Sem o apoio de seu partido, o DEM, que deve iniciar o processo de expulsão na semana que vem, e sem ter sido recebido pelo presidente Lula, a quem pediria ajuda para continuar à frente do governo, o governador em exercício, Paulo Octávio, não tem sustentação política para permanecer no cargo.

Ele foi aconselhado a tentar montar uma equipe suprapartidária no governo, com notáveis do Distrito Federal, abrindo mão do apoio da aliança partidária que sustentava o governo de José Roberto Arruda, de quem era vice.

Mas Paulo Octávio, acusado também de participação nos esquemas de corrupção do governo anterior, e enfrentando também pedidos de impeachment, não tem mais nem prestígio político nem condições objetivas para dar essa guinada, ficando cada vez mais patente que a máquina política montada na capital do país está inteiramente contaminada.

Há indicações seguras de que ele chegou a sondar personalidades do mundo político, e não apenas de Brasília, para que assumissem o controle do governo, dando-lhe o respaldo político de que necessita, mas até o momento não encontrou quem se dispusesse a assumir o fardo.

Mesmo porque o tempo de governo é pequeno — dez meses — e a maior parte dos potenciais pretendentes se candidatará nas eleições de outubro.

O fato de o presidente Lula não ter recebido ontem o governador Paulo Octávio deve ser interpretado como mais um passo para a sua saída do cargo.

Lula não quer dar a impressão de que está envolvido em uma operação política para salvar Paulo Octávio, e quer que ele, segundo expressão de um assessor, "sofra um pouco".

Seu sofrimento, por enquanto, é também o sofrimento do DEM, e isso é bom para os interesses políticos do governo.

Como se vê, depois de uma primeira reação cautelosa, quando chegou mesmo a lamentar a prisão de Arruda, o presidente Lula está utilizando a crise política do DEM de Brasília para fortalecer a posição do PT na disputa eleitoral da capital.

O timing político está contra Paulo Octávio, pois a tendência do DEM é não lhe dar mais tempo para demonstrar sua capacidade de atuação política.

O ESTADO DE S. PAULO	NACIONAL	18/02/10
-----------------------------	-----------------	-----------------

Defesa de governador afastado planeja mudar tática e desistir de habeas corpus

A defesa do governador afastado José Roberto Arruda (sem partido, ex-DEM) pode desistir do habeas corpus que, em caráter liminar, foi rechaçado pelo ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF). Os advogados de Arruda estudam estratégia para tentar livrá-lo da custódia decretada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) há uma semana, sob acusação de corrupção de testemunha do inquérito Caixa de Pandora.

A defesa avalia que "neste instante" julgamento de mérito do habeas corpus pode ser desastroso para suas pretensões. Não acredita que o pleno do STF, em sua maioria, possa derrubar o entendimento de Marco Aurélio, relator, diante do clamor público que envolve a demanda.

O criminalista Nélio Machado, que integra a defesa, protestou contra "hostilidades e o tratamento desigual". Segundo ele, "neste episódio, o Poder Judiciário está sendo muito reverente com o Ministério Público e a Polícia Federal e tolerante com práticas abusivas que violam e agridem o princípio da isonomia entre as partes".

O advogado José Gerardo Grossi disse que uma eventual renúncia de Arruda "não faria diferença absolutamente nenhuma" na obtenção de habeas corpus. Ao deixar o prédio da Superintendência da PF, onde Arruda está preso, Grossi negou que tenha tratado de possível renúncia. "Este é um assunto político, advogado não tem opinião", disse. Grossi disse que o governador está abatido e preocupado. "Está recolhido, nervoso. É o caminho do preso. Em geral, acaba fazendo um processo de depressão", disse o advogado.

BÍBLIA

Na sala que Arruda ocupa, segundo Grossi, há uma bíblia e livros religiosos. Durante a entrevista do advogado, à saída do prédio da PF, um grupo de manifestantes pró-Arruda criticou o trabalho da imprensa e defendeu o governador afastado. Ontem, Arruda recebeu a visita de sua mulher, Flávia, por cerca de 40 minutos.

Anteontem, o governador em exercício, Paulo Octávio, viajou para Goiânia a fim de tentar conquistar o apoio de seu maior crítico, o senador Demóstenes Torres (GO), que defende sua expulsão do DEM. Mas Demóstenes não mudou sua posição. Paulo Octávio, que sábado havia admitido que pode renunciar ao cargo, acrescentou, depois do encontro com o senador, que a solução para a crise política pode ser mesmo entregar o governo ao presidente da Câmara Distrital ou ao presidente do Tribunal de Justiça do DF. ações que chegaram ao seu conhecimento. Ninguém quer ser ameaçado por que está lutando por seus direitos. Se houver substituição de operários será o caos geral. Não será aceito por nós", destacou. O sindicalista explicou que as obras do Residencial Jacinta Andrade não foram paralisadas porque se trata da construção civil leve e que as obras do Centro de Convenções, também de construção civil leve, estavam paralisadas, mas por conta de atrasos salariais.

A proposta de novo piso salarial dos operários é de R\$ 550 para trabalhadores não oficiais, R\$ 600 para os meio oficiais e R\$ 760 para os oficiais, contra a proposta da classe patronal de R\$ 518 (não oficiais), R\$ 580 (meio oficiais), R\$ 730 (oficiais).
